



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

Texto para discussão

Texto para discussão nº 11/2009

DETERMINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO: O CASO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA SARANDI LTDA

Elsa Maria Makoski
Marco Antonio Montoya

Passo Fundo - RS - Brasil

DETERMINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO: O CASO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA SARANDI LTDA

Elsa Maria Makoski¹
Marco Antonio Montoya²

Resumo

A Demonstração de Valor Adicionado - DVA permite que as organizações prestem contas de suas atividades perante a sociedade, seus sócios e colaboradores. A relevância deste artigo é dar-se a conhecer a influência das cooperativas de produção dentro da sociedade onde estão inseridas, seja pela sua colaboração pró-ativa junto ao combate do desemprego ou pela comprovação de seus aspectos sociais. Por isso, o objetivo deste trabalho foi analisar o DVA e verificar qual a capacidade de geração de riqueza e a forma como a mesma é distribuída na Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda. Para isso, a metodologia utilizada se baseou em uma pesquisa descritiva com procedimentos técnicos de um estudo de caso. Na análise conclusiva percebeu-se que no período de 2007 e 2008 mais de 50% da riqueza gerada foi destinada aos seus colaboradores (salários e benefícios) e associados (sobras retiradas). Este índice é altamente favorável, uma vez que se torna evidente que a cooperativa está colaborando para o desenvolvimento da sociedade onde está inserida, contribuindo e incentivando o crescimento dos colaboradores e fomentando as atividades de seus associados.

Palavras-chaves: valor adicionado; riqueza; desenvolvimento.

Abstract

The Demonstration of Added Value - DAV allows the organizations provide the results of their activities in the face of society, itself copartners and employees. The relevance of this article is to make itself known to influence the production cooperative in the society where they are inserted, either by their pro-active collaboration with the combat of unemployment or by the evidence of its social aspects. Therefore, the objective of this work was to analyze the DAV and to verify the ability to generate wealth and how it is distributed in Cooperative Tritícola Sarandi Ltda. So that, the methodology was based on a descriptive research with technical procedures about a case study. In the conclusive analysis it was noticed that within 2007 and 2008 over 50% of wealth was given to their employees (salaries and benefits) and created copartners (on withdrawal). This index is highly favorable, since it is clear that the cooperative is working for the society's development where it is present, helping and encouraging the employees' growth and promoting the activities of its copartners.

Keywords: Added Value, Wealth, Development.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela UPF - Passo Fundo; Especialista em Controladoria de Gestão pela UFRGS. Especialista em Gestão de Negócios em Cooperativas pela UPF.

² Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da UPF.

1. INTRODUÇÃO

O Cooperativismo é resultado de séculos de evolução do homem, no que diz respeito à arte de vislumbrar meios de sobrevivência ou mesmo de viver melhor, diante das dificuldades que cada momento apresenta. Na percepção de Oliveira (1984), o cooperativismo tem o propósito de difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas.

O Cooperativismo tem por escopo corrigir distorções econômico-sociais, de modo pacífico e gradual, prestando serviços, gerando produtos e percebendo o justo preço por esses. Conforme Irion (1997, p. 45), “cooperativismo é um instrumento eficaz para a organização da população, para a democracia dos investimentos, a distribuição da renda, a regularização do mercado, a geração de empregos e assim instrumentaliza a justiça social.”

As cooperativas agropecuárias desenvolvem importante papel econômico e social, fundamentalmente pelo fato de representarem, em muitas regiões, uma das poucas possibilidades de agregação de valor à produção rural, como também da inserção de produtores em mercados concentrados.

Vários são os argumentos que ressaltam a importância econômica e social das cooperativas no cenário brasileiro e, em particular, no Rio Grande do Sul. As condições desiguais sejam elas econômicas ou sociais, geradas especialmente no âmbito da agricultura pelo desenvolvimento capitalista, acabaram por intensificar o processo de segregação das unidades de produção, originando uma divisão clara entre a grande e a pequena propriedade rural brasileiras, com diferenças e características relevantes.

Neste contexto, cabe ressaltar que a globalização vem forçando as corporações a realizarem suas atividades em um ambiente altamente competitivo e complexo, o que faz da informação o alicerce de sustentação nos processos de decisões das organizações, tanto do usuário interno, quanto do externo.

Os meios e as formas de comunicação que a Contabilidade utiliza ao longo do tempo são as demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6406/76, de fundamental importância para as organizações, e na tomada de decisões pelos dirigentes. Porém, o que vem acontecendo na atualidade é o surgimento de um novo usuário destas informações, trata-se da sociedade, esta vem exigindo que as entidades adotem uma postura eticamente correta com os seus grupos de *stakeholders*³.

³ Os *stakeholders* são constituídos por grupos ou pessoas que influenciam ou são influenciados pela atividade da organização. A teoria dos *stakeholders* é recente. Foi citada pela primeira vez por Edward Freeman (1991), que

A contabilidade de uma empresa ou cooperativa não pode apenas exercer a função de atender a legislação fiscal ou por meio das demonstrações contábeis mensurar se a organização apresentou lucro ou prejuízo num determinado período. A contabilidade é o gargalo de todos os atos de compra, venda e produção de uma entidade, podendo apresentar informações preciosas para a tomada de decisão dos gestores.

É neste contexto que se manifesta à necessidade de se ter uma demonstração econômico-financeira que propicie informações que resultem compreensíveis e transparentes a qualquer *stakeholders*, independentemente do grau de seus conhecimentos em matéria contábil. Desta forma, surge a Demonstração do Valor Adicionado, que assume o papel de demonstração contábil complementar, com escopo de informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervierem na criação de valor para a empresa e o conseqüente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos.

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu para evidenciar o quanto de valor a entidade adiciona aos bens e serviços que adquire de terceiros. Esta evidenciação representa uma ferramenta tanto para o usuário interno quanto para o externo. A Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Valor Adicionado apresentam enfoques distintos, se complementam e objetivam fornecer informações sob pontos de vista diferentes (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Diante deste cenário, esta proposta de estudo procurou demonstrar como a riqueza foi gerada, bem como sua distribuição por uma cooperativa de produção situada no norte do estado do Rio Grande do Sul, denominada COTRISAL – Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda, fazendo o relato da real contribuição, a seus colaboradores, associados e à sociedade na qual esta inserida. O propósito principal visou demonstrar e interpretar a Demonstração do Valor Adicionado da Cooperativa, bem como avaliar a importância deste demonstrativo como meio de informação de seu desempenho como promotora de desenvolvimento sócio-econômico da região onde atua.

O estudo está organizado da seguinte maneira. Na segunda seção é apresentado um arcabouço conceitual sobre o valor adicionado, sua mensuração e interpretação econômica financeiro nas empresas. Na terceira seção, descreve-se em detalhe o método de determinação do valor adicionado. Na seção quatro, apresenta-se a dimensão do valor adicionado gerado pela Cotrisal, bem como sua distribuição entre empregados, governo, instituições financeiras

em seu texto define o termo *stakeholders* como qualquer grupo ou indivíduo que é afetado ou que afeta o alcance dos objetivos das organizações.

e associados. Finalmente, na última seção são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O VALOR ADICIONADO

O crescente dinamismo existente no mercado faz com que as cooperativas tenham que estar preparadas para superar os desafios que lhes são apresentados. Em virtude disto, desenvolvem e organizam formas de melhorar a forma como demonstram seus resultados as pessoas que analisam sua atividade. Assim sendo, este capítulo procurará trazer alguns conceitos para melhorar a compreensão dos dados que serão analisados posteriormente.

2.1 Valor adicionado na empresa

O conceito de valor adicionado na economia é utilizado para mensurar as atividades econômicas de uma nação através da definição do seu Produto Nacional. Um dos elementos fundamentais e diretamente responsáveis pela produção econômica nacional é a organização. As empresas compõem o sistema de produção da economia nacional, produzindo os bens e serviços que atendem às necessidades de consumo e de acumulação da sociedade.

O valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo. Assim, poder-se-ia concluir que as empresas, ao exercerem suas atividades, utilizando-se de bens e serviços que são adquiridos de terceiros, aplicando seus capitais, através da utilização de seus equipamentos, e o trabalho de seus empregados, estarão adicionando valor aos novos produtos que serão colocados no mercado. Em outras palavras, a empresa, que está situada entre o mercado vendedor e o mercado comprador, em sua operação agrega valor aos bens e serviços adquiridos, transformando-os e recolocando-os no mercado (SANTOS, 2003, p. 32).

Esta forma de informação gerada serve para avaliar o desempenho da organização no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. E, em um contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas similares.

Para Santos (2003), a distribuição do valor adicionado tem relação com o conceito de renda nacional:

A distribuição do valor adicionado equivale ao conceito macroeconômico de Renda Nacional. A transformação de recursos intermediários em produtos e serviços finais só é possível pelo emprego dos fatores de produção (trabalho, capital, governo, empresa). Em termos gerais, a remuneração destes fatores (salário, juro, aluguel, impostos e lucro) pelas empresas constitui a renda em poder da sociedade que

retorna às empresas tanto na aquisição de seus produtos e serviços como sob a forma de novos financiamentos, reiniciando o ciclo econômico (SANTOS, 2003, p. 32).

Em suma, o valor adicionado permite que a atividade de uma organização crie condições, dentro do ciclo econômico, para que outras entidades possam se desenvolver e gerar sucessivamente incremento de valor para outras atividades.

2.2 Demonstração do valor adicionado

Na concepção de De Luca (1998, p. 28), “A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.”

Através da Demonstração do Valor Agregado percebe-se a contribuição econômica da empresa para cada segmento com o qual ela se relaciona, constituindo-se no Produto Interno Bruto (PIB), produzido pela entidade. Desta forma, a demonstração do valor adicionado evidencia a riqueza que foi gerada, individualmente, por uma organização. Como pode ser observado no conceito de Marion (1999, p. 25), “a DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, de que forma esta riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e o quanto ficou retido na empresa.”

A DVA é um relatório contábil, que demonstra tanto os benefícios que as organizações oferecem para a sociedade, através, por exemplo, da absorção da mão-de-obra da comunidade em que estão inseridas, quanto a sua capacidade de gerar riqueza para a economia, ou seja, contribuir para o desenvolvimento econômico. A DVA permite também a identificação daquela riqueza recebida em transferência, apresentando, ainda, um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários, como empregados, governo, financiadores externos e sócios ou acionistas.

Ressalta-se que as informações prestadas pela DVA estão aquém daquelas prestadas pelo balanço social, contudo, nunca teve pretensões de ser o próprio, mas apenas de compô-lo, como é enfatizado por Santos (1999, p. 98) “a Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do balanço social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.”

Uma organização, comumente, tem capacidade de geração de riqueza bem maior do que o lucro que distribui aos seus sócios ou acionistas. Tradicionalmente, o lucro obtido pela organização tem sido apresentado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. A DVA surgiu em função de que a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na organização na forma de lucro, logo, não identifica as demais gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire. As demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados (NEVES; VICECONTI, 2007).

Para Iudícibus; Martins; Gelbcke (2000, p. 290), “a Demonstração do Resultado do Exercício é a representação resumida, de todas as operações desenvolvidas pela entidade, durante o exercício social, descritas de modo a destacar o resultado líquido do exercício.” Entretanto, essa demonstração não analisa a contribuição dos agentes econômicos na geração da riqueza da organização e, por isso, não evidencia a parcela que tocou a cada um deles no processo produtivo, pois está voltada para a apuração e divulgação do lucro, que pertence ao proprietário.

A DVA é um demonstrativo não só direcionado aos proprietários das empresas, como é o caso da Demonstração de Resultado do Exercício, mas um instrumento que abre um leque para a sociedade, pelo fato de sua função ser de divulgação e identificação do valor da riqueza gerada pela entidade e de que forma a mesma foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta geração de riqueza, que são os trabalhadores, associados, proprietários, governo e terceiros (NEVES; VICECONTI, 2007).

Cunha (2002) complementa o pensamento dos autores anteriormente citados afirmando:

A Demonstração do Valor Adicionado representa um novo rumo em comparação com as Demonstrações Contábeis tradicionais, pois enquanto estas têm como foco principal de preocupação a evidenciação das informações sobre o lucro e sua forma de apuração, para os investidores, aquela mostra, além do lucro dos investidores, a quem pertence à outra parte da riqueza gerada pela empresa, refletindo, ainda, uma preocupação empresarial que é nova, e baseada na responsabilidade social, a remuneração dos fatores de produção que ajudaram a formar a riqueza da organização (CUNHA, 2002, p. 44).

Conforme Neves; Viceconti (2007), toda e qualquer organização que estiver em produção está gerando riqueza, isto representa a diferença entre o valor da venda e o valor pago a terceiros a título de insumos para a obtenção dos produtos, mercadorias ou serviços.

Porém, ao analisar a DVA, pode-se constatar que, no início, o valor pago a terceiros diminui em relação à aquisição de mercadorias, serviços e matérias para consumo administrativo.

Também, verificar-se que a transferência da riqueza aparece na parte inferior da DVA, demonstrando, deste modo, sua afetiva distribuição na forma de pagamento de impostos ou até mesmo do capital de terceiros. Portanto, a DVA fornece uma visão bem ampla sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza e como distribui a mesma (NEVES; VICECONTI, 2007).

Deste modo, torna-se possível uma melhor avaliação do conjunto de entidades formadoras de uma sociedade. Os Valores Adicionados por elas, calculados por meio da DVA, constituem-se numa parte significativa de toda a riqueza gerada por um país. É, também, por meio da DVA que se pode mostrar e avaliar como essa riqueza está sendo distribuída por meio dos impostos pagos ao governo, lucros e dividendos aos acionistas ou associados, e ainda remunerações pagas aos colaboradores.

2.3 Elaboração da demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado é elaborada em duas partes: na primeira parte é apresentada a geração do valor adicionado, na segunda distribuição do Valor Adicionado.

A apresentação da DVA vem sendo exigida por alguns países onde empresas internacionais desejam se instalar. Dessa forma, o país que irá sediar a empresa poderá conhecer o retorno que ela dar-lhe-á por meio da previsão do valor adicionado que gerará. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, mas sim, o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição e a DVA possibilita visualizar, de forma clara esta geração de riqueza (NEVES; VICECONTI, 2007).

Segundo os autores, muitos estados e municípios dão incentivos fiscais para que as empresas se instalem em seu estado ou município, mas, no momento de analisar o projeto de viabilidade da empresa, um dos fatores que, muitas vezes, se leva em consideração é a geração de riqueza e sua distribuição. Esse fator pode ser decisivo na concessão de incentivo fiscal, pois a geração de riqueza e sua distribuição são de suma importância para o município ou estado, pois gera valor agregado, o que propicia o crescimento econômico regional.

Deste modo, a DVA pode ser considerada como um grande diferencial para a organização, pois, enquanto a DRE apenas demonstra qual foi o lucro, ela mostra toda a riqueza gerada pela empresa e de que maneira a mesma será distribuída.

2.4 Utilização do valor adicionado como instrumento de análise

A utilização da DVA, no conjunto de informações produzidas pelas entidades, poderá dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes, apenas com base nas demonstrações contábeis tradicionais, eram impossíveis. A utilização dos quocientes tem como principal propósito a possibilidade de comparar as informações da empresa ou grupo de empresas como, por exemplo, padrões estabelecidos (SANTOS, 2003).

Apresenta-se em seguida, algumas das avaliações que podem ser realizadas com a Demonstração do Valor Adicionado, comparando-as a algumas das informações já disponíveis nas demonstrações contábeis tradicionais:

2.4.1 Utilização do Valor adicionado como medida de produtividade:

No entendimento de Santos (2003, p. 220), “a produtividade deve ser entendida como a relação existente entre determinado volume de produção e todo o capital utilizado, seja ele humano, material, financeiro etc., utilizado para a obtenção dessa produção.”

Deste modo, da relação entre o valor da produção e o volume de horas trabalhadas resultará a produtividade de mão-de-obra; a produtividade de um equipamento pode ser obtida através da relação entre as quantidades produzidas e o número de máquinas. Portanto, a geração do valor adicionado está condicionada à aplicação de fatores de produção e significa que é possível estabelecer a seguinte relação:

$$\text{Produtividade da mão-de-obra} = \frac{\text{valor adicionado}}{\text{N}^{\circ} \text{ de empregados}}$$

Este quociente demonstra quanto cada funcionário, em média, produziu de riqueza para a organização, e é de fundamental importância, principalmente porque o fator trabalho é um dos mais relevantes entre os indicadores macroeconômicos.

2.4.2 Quociente entre mão-de-obra e valor adicionado ou vice versa

$$\text{Quociente} = \frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Valor Adicionado}} \quad \text{ou} \quad \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Gastos com pessoal}}$$

Essa análise permite realizar duas avaliações. Primeira, se ocorreu diminuição na participação de mão-de-obra no valor adicionado, ou seja, uma parte menor da riqueza criada pela entidade está sendo destinada como remuneração ao pessoal, isto significa dizer que um outro componente dos fatores de produção estará aumentando sua participação relativa nessa

distribuição. A segunda é que tal quociente pode ser analisado e entendido como acréscimo da produtividade dos colaboradores (SANTOS, 2003).

2.4.3 Quociente entre valor adicionado do ano e do ano anterior

O resultado deste quociente permite entender se houve crescimento ou decréscimo no nível de atividade econômica da entidade. Alguns cuidados devem ser tomados, pois nem sempre a apuração desse quociente pode dar a exata idéia do que ocorreu, sendo interessante antes de afirmar pela análise simples e direta da DVA, apurar o que ocorreu com a atividade da empresa nos anos analisados (SANTOS, 2003).

2.4.4 Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado

O resultado desse quociente indica quanto da riqueza criada pela empresa está sendo destinada ao Estado, ou seja, aos Governos Federais, Estaduais e Municipais, na forma de impostos, taxas, contribuições. Por meio desse quociente ficará evidente qual é a carga tributária a que a organização está submetida. Esse tipo de informação pode auxiliar na identificação da opção tributária feita pelos governos (SANTOS, 2003).

2.4.5 Quociente entre gastos com juros e aluguéis e valor adicionado

O quociente obtido através da relação entre juros e aluguéis e valor adicionado mostram a parcela da riqueza que é distribuída aos financiadores externos de capital; em outras palavras, quanto de cada unidade monetária gerada como riqueza será distribuída como juros e aluguéis (SANTOS, 2003).

2.4.6 Quociente entre lucros retidos e dividendos e valor adicionado

Esse quociente pode se constituir num excelente medidor que indicará a evolução e tendências da forma como as riquezas criadas pelas entidades são distribuídas aos portadores de suas quotas ou ações. Essa forma de medir os resultados entenda-se a riqueza criada pelas empresas (SANTOS, 2003).

3 METODOLOGIA DE MENSURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa na Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda em que se executaram as tarefas práticas visando demonstrar e interpretar a Demonstração do Valor Adicionado da cooperativa estudada foram definidos quanto ao delineamento, objetivos e procedimentos técnicos.

Para o trabalho desenvolvido, a pesquisa foi classificada quanto aos seus objetivos como descritiva e para alcançar os objetivos, realizou-se a abordagem do problema do ponto de vista qualitativo e quantitativo. No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa foi classificada como estudo de caso.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações através de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual até às mais complexas, com o propósito de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação. A pesquisa qualitativa apresenta como principal característica descrever a complexidade de determinado problema, a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuindo no processo de mudança de determinado grupo, o que possibilita o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL; TATIM, 2002).

Segundo Gil (1995), a pesquisa descritiva tem como escopo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis. O estudo de caso é uma pesquisa realizada de maneira mais intensiva, na qual o pesquisador tem a oportunidade de verificar *in loco* os fenômenos a serem pesquisados. Ainda, de acordo com Gil (1995), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de modo que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

De acordo com GIL (1995), a população deverá ser descrita da forma mais completa possível, incluindo todas as características que interessam ao assunto. Deste modo garantindo a conscientização e a mobilização da população em torno da proposta de ação envolvida pela organização. A população analisada é representada pela Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda.

Para a realização da pesquisa foram pesquisadas fontes bibliográficas documentais através de livros e artigos que proverão a base para a pesquisa, constitui-se numa etapa importante da pesquisa. Outros dados necessários para a realização da pesquisa foram baseados em dados já existentes (dados secundários), fornecidos pela cooperativa como documentos, fichas e demonstrativos da organização.

A análise dos dados conforme a abordagem do problema caracterizar-se-á de forma quantitativa/qualitativa. Depois da sistematização dos dados, procedeu-se sua interpretação, verificando se os resultados estavam atendendo aos objetivos propostos. Após o resultado final da pesquisa foram formuladas sugestões para que a cooperativa estudada possa melhor usufruir as informações apresentadas no DVA para tomada de decisões e como meio de informar a comunidade seu desempenho.

3.1 Aspectos metodológico de determinação do valor adicionado

O quadro 01 apresenta um modelo de uma DVA, elaborado pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), com instruções para o seu preenchimento:

Quadro 01: Modelo da Demonstração do valor adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	R\$ Mil
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.	

Fonte: FIPECAFI (2003, p. 453)

Como as informações extraídas são da contabilidade, deverão ter como base o Princípio Contábil do Regime de Competência do exercício. Em seguida apresenta-se uma descrição dos tópicos do quadro 01.

1 – RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.3)

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços

Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde á receita bruta ou faturamento bruto.

1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/Constituição

Inclui os valores relativos á constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos.

1.3) Não operacionais

Inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1) Matérias-primas consumidas (incluídas no custo do produto vendido).

2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos (não inclui gastos com pessoal próprio).

2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros (inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros).

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidas, materiais, serviços, energia etc., consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4) Perda / Recuperação de valores ativos

Inclui valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre itens 1 e 2)

4 – RETENÇÕES

4.1) Depreciação, amortização e exaustão

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre os itens 3 e 4)

6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2)

6.1) **Resultado de equivalência patrimonial** (inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo). O resultado da equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa deverá ser informada entre parênteses.

6.2) **Receitas financeiras** (incluindo todas as receitas financeiras independentemente de sua origem).

7 – **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** (soma dos itens 5 e 6).

8 – **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** (soma dos itens 8.1 a 8.5)

8.1) **Pessoal e encargos**

Nesse item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2) **Impostos, taxas e contribuições**

Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social, todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos neste item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já reconhecidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 – Insumos adquiridos de terceiros.

8.3) **Juros e aluguéis**

Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

8.4) **Juros s/ capital próprio e dividendos**

Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item “lucros retidos”.

8.5) **Lucros retidos / prejuízo do exercício**

Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

4. O VALOR ADICIONADO DA COTRISAL E SUA DISTRIBUIÇÃO

A seguir são serão apresentados as principais características da cooperativa, a análise da distribuição do valor adicionado e seus principais quocientes.

4.1 Apresentação da empresa

Foi no ano de 1957, que um grupo de 21 agricultores da região norte do Rio Grande do Sul deu início às atividades da Cotrisal. A principal finalidade desta cooperativa era facilitar o transporte, o armazenamento e o beneficiamento das safras de trigo cultivadas nas proximidades.

Anos se passaram e atualmente a realidade é diferente. São 9.000 associados que contam com a colaboração de cerca de 918 colaboradores para o desenvolvimento de suas culturas. Além das estruturas destinadas ao recebimento de grãos (soja, milho e trigo), a Cotrisal ainda possui uma rede de supermercados, lojas de peças, ferragens e implementos, insumos agrícolas, materiais de construção, unidade de recebimento de leite e produção de suínos.

A Cotrisal está presente em 23 municípios da região, cobrindo uma área agricultável de 250 mil hectares. Sua capacidade de armazenagem estática supera a marca de 7.300 milhões de sacos de grãos.

4.2. Dimensão do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado representa excelente ferramenta de análise e poderá ser utilizada por todos os que pretendem entender um pouco melhor as relações da sociedade.

O valor adicionado da Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda – Cotrisal foi calculado com base nos períodos de 2007 e 2008, por meio de dados extraídos do Demonstrativo do Resultado do Exercício e com informações extraídas dos relatórios internos da contabilidade da cooperativa.

A Demonstração do Valor Adicionado foi calculada utilizando-se o modelo contábil, ou seja, pela diferença das receitas geradas menos os serviços adquiridos de terceiros. As receitas operacionais da Cotrisal são formados por meio da comercialização dos produtos agropecuários, mercadorias e insumos, venda de bens de fabricação própria e pela prestação de serviços. Nos períodos de 2007 e 2008 a Cotrisal também agregou ao seu faturamento

resultados positivos obtidos de receitas financeiras. As retenções do valor adicionado são representadas pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias vendidas, custo das mercadorias fabricadas, materiais, serviços de terceiros e a perda ou ganho de valores ativos).

No quadro 02 apresenta-se a Demonstração do Valor Adicionado da Cotrisal e sua distribuição.

Quadro 02: Demonstração do Valor Adicionado da Cotrisal

COOPERATIVA TRITÍCOLA SARANDI LTDA.				
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31/12/2008				
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	31/12/2008	%	31/12/2007	%
RECEITAS/INGRESSOS	543.783.723,45		455.721.978,78	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	541.793.533,87		454.848.980,71	
Provisão para Devedores Duvidosos	-2.099.570,52		-2.228.946,56	
Outras Receitas	2.834.313,37		1.770.095,38	
Resultados não Operacionais	1.255.446,73		1.331.849,25	
INSUMOS AQUIRIDOS	487.304.553,74		409.285.467,68	
Materiais Consumidos	45.024.998,04		34.792.293,79	
Outros Custos de Produtos e Serviços Vendidos	415.480.288,94		345.986.559,79	
Energia, Serviços de Terc. e Outras Desp. Operacionais	26.799.266,76		28.506.614,10	
Perda na Realização de Ativos	0,00		0,00	
VALOR ADICIONADO BRUTO	56.479.169,71		46.436.511,10	
RETENÇÕES	5.341.835,50		4.290.134,89	
Depreciação, amortização e Exaustão	5.341.835,50		4.290.134,89	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PELA ENTIDADE	51.137.334,21		42.146.376,21	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.075.092,51		5.890.871,79	
Dividendos de investimento avaliado ao custo	0,00		60.709,15	
Participações em sociedades cooperativas	1.862.327,78		0,00	
Receita Financeira	8.212.764,73		5.830.162,64	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	61.212.426,72		48.037.248,00	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	61.212.426,72	100	48.037.248,00	100
EMPREGADOS	17.377.495,13	28,39	14.290.525,61	29,75
Salários e Encargos Sociais	14.503.136,86	23,69	12.392.764,71	25,80
Honorários a Diretoria	606.971,50	0,99	400.116,91	0,83
Participação dos Empregados nos Resultados	2.267.386,77	3,70	1.497.643,99	3,12
TRIBUTOS	10.490.434,57	17,14	11.758.641,00	24,48
Federais	5.945.559,93	9,71	5.908.806,28	12,30
Estaduais	4.417.533,31	7,22	5.751.104,41	11,97
Municipais	127.341,33	0,21	98.730,31	0,21
FINANCIADORES	11.129.120,27	18,18	7.922.080,13	16,49
Juros	10.155.034,41	16,59	7.536.728,97	15,69
Aluguéis	974.085,86	1,59	385.351,16	0,80
SOBRAS RETIDAS	22.215.376,75	36,29	14.066.001,26	29,28

Fonte: COTRISAL, (2008).

4.2.1 Análise da riqueza criada pela Cotrisal e sua distribuição entre os colaboradores, governo, financiadores e associados

No ano de 2007 foram destinados aos colaboradores 29,75% da riqueza criada, e no ano de 2008 foram destinados 28,39%. Compõe estes valores a participação nos resultados que a cooperativa distribui para seus colaboradores.

O cálculo do quociente entre mão-de-obra e valor adicionado obteve-se da divisão dos gastos com pessoal pelo valor adicionado total.

$$\text{Quociente 2007} = \frac{14.290.525,61}{48.037.248,00} = 29,75\% \quad \text{Quociente 2008} = \frac{17.377.495,13}{61.212.426,72} = 28,39\%$$

Como se observa a parcela do valor adicionado total destinada aos empregados a distribuir em 2008 decresceu 1,36 pontos percentuais, a redução no percentual de riqueza distribuída de 2007 para 2008 não pode ser considerada negativa, pois o valor monetário de gastos com salários e benefícios em 2008 aumentou o que equivale dizer que houve um crescimento na participação dos funcionários na distribuição do valor adicionado gerado pela cooperativa em 2008.

Ainda no item relativo aos colaboradores, pode-se analisar o quociente de produtividade, mensurando a produtividade da mão-de-obra em relação ao valor adicionado. O cálculo ocorre pela divisão do valor adicionado total pelo número de funcionários.

$$\text{Quociente 2007} = \frac{48.037.248,00}{865} = 55.534,39$$

$$\text{Quociente 2008} = \frac{61.212.426,72}{918} = 66.680,20$$

Mesmo com o crescimento do número de contratação de funcionários de 2008 em relação a 2007, observa-se houve um crescimento da riqueza produzida pelos funcionários para a cooperativa, algo correspondente a 16,72% em relação a 2007.

Observa-se também que a geração de valor adicionado foi mais que proporcional ao aumento do número de funcionários (5,77%), evidenciando melhorias no indicador de produtividade dos funcionários da cooperativa.

No que se refere aos tributos, o cálculo do quociente é obtido pela divisão dos valores dos impostos totais pelo total do valor adicionado. Como pode ser observado em seguida:

$$\text{Quociente 2007} = \frac{11.758.641,00}{48.037.248,00} = 24,48\% \quad \text{Quociente 2008} = \frac{10.490.434,57}{61.212.426,72} = 17,14\%$$

No período de 2007, 24,48% da riqueza produzida pela Cotrisal foi destinada ao governo, sobre a forma de impostos, taxas e contribuições, em 2008 este percentual foi de 17,14%. A empresa apresentou um decréscimo no seu percentual de participação na ordem de 7,34% na receita gerada em 2008 em relação a 2007, isto ocorreu devido a influências das políticas tributárias no governo.

O quociente de gastos com juros e aluguéis é apurado pela divisão do valor distribuído aos financiadores pelo valor adicionado total.

$$\text{Quociente 2007} = \frac{7.922.080,13}{48.037.248,00} = 16,49\% \quad \text{Quociente 2008} = \frac{11.129.120,27}{61.212.426,72} = 18,18\%$$

Em relação à riqueza distribuída às instituições financeiras, o quociente sofreu aumento no ano de 2008, na comparação com 2007. No ano de 2007, foi distribuído sob a forma de juros e aluguéis 16,49% da riqueza gerada e no ano de 2008, o equivalente a 18,18%. Os credores financeiros ficaram com R\$ 11,13 milhões, aumentando sua participação em 1,69% comparativamente a 2007, o que correspondeu a mais R\$ 3,2 milhões na contribuição do valor adicionado.

Estes resultados ocorreram em função de que a Cotrisal paralelamente ao aumento do faturamento também tem procurado expansão e melhorias em instalações e realiza este propósito com capitais de terceiros para não comprometer o capital de giro da atividade.

No que se refere às sobras retidas, no ano de 2007, 29,28% da riqueza gerada ficou disponibilizada aos associados, enquanto em 2008, 36,29% da riqueza gerada ficou destinado aos associados. Estas sobras vão para apreciação da Assembléia Geral Extraordinária e tem sua destinação de acordo com o estatuto social.

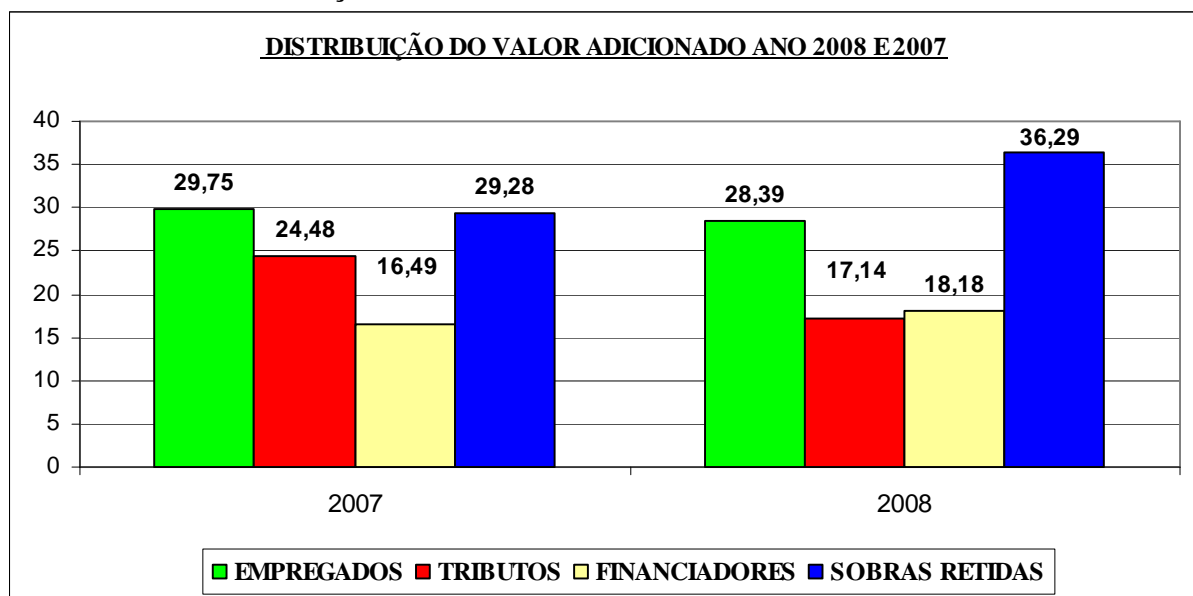
O quociente entre o valor adicionado do ano e do ano anterior, obtido pela divisão do valor adicionado de um ano pelo outro, apresentou o seguinte resultado.

$$\text{Quociente} = \frac{61.212.426,72}{48.037.248,00} = 21,52\%$$

Visualiza-se que houve um crescimento extraordinário do Valor Adicionado a Distribuir de 2008 em relação a 2007. O valor adicionado da Cotrisal cresceu no Valor Adicionado Total 21,52%, isso se observa pelo crescimento verificado nas receitas de mercadorias como grãos e insumos, no gerenciamento controlado de seus custos operacionais e também nos valores recebidos em transferência.

No gráfico 01, apresenta-se um comparativo da distribuição do valor adicionado do ano de 2007 e 2008.

GRÁFICO 01: Distribuição do Valor Adicionado ano de 2008 e 2007.



Fonte: dados primários.

Em suma, aos períodos em análise, percebe-se que os valores de riqueza destinados aos colaboradores e associados aumentaram, sendo os mais beneficiados, como também a distribuição para as instituições financiadoras. A distribuição da riqueza ao governo (impostos, taxas e contribuições) apresentou uma pequena queda.

5. CONSIDERAÇÕES

Com base nas idéias expostas e nos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que o trabalho respondeu a interrogativa formulada no início deste artigo, demonstrando que todo valor gerado pela cooperativa é distribuído entre seus agentes apoiadores.

Constatou-se, por meio da análise da DVA, qual é sua real participação na sociedade em que está inserida. Verificou-se que a maior parte das riquezas gerada pela Cotrisal destina-se aos associados, com uma média nos dois anos de 34,29%; em seguida vêm os empregados, com 29,07% da riqueza gerada pela empresa; e, em seqüência os tributos com uma média de 20,81% da riqueza gerada e os financiadores com 17,24% dos valores gerados.

No que se refere às fontes de riquezas, percebe-se que a capacidade de gerar riqueza é da própria empresa, ficando com 98,15% da própria geração e, apenas, com 1,85% recebidas de transferências, no caso de recebimentos de receita financeira da Cooperativa e participações em outras sociedades cooperativas.

Também, pode-se constatar que a organização contribui com o desenvolvimento de outras entidades, por meio de insumos adquiridos de terceiros. Essa contribuição chega a uma média, nos dois anos analisados, de 89% em relação a sua receita.

Através da DVA pode-se ter uma visão mais clara de como a Cotrisal está aplicando suas riquezas e qual o impacto que ela proporciona aos seus diversos colaboradores e a toda a sociedade, mostrando ser ela uma empresa que traz benefícios não somente a seus sócios, mas à comunidade em geral, mesmo que de forma indireta.

Este estudo demonstrou que apesar das dificuldades que as cooperativas enfrentam decorrentes de fatores determinados na maioria das vezes pelo ambiente externo, as cooperativas continuam a desempenhar o seu papel na sociedade. Uma cooperativa defende os interesses e promove o crescimento de seus associados, gera empregos, e em conseqüência contribui para o desenvolvimento da sociedade onde esta localizada, através da distribuição do valor adicionado que cria.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. *Demonstração contábil do valor adicionado – DVA* – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas*. Passo Fundo: Clio Livros, 2002.

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuarias e Financeiras. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades*. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1995.

IRION, João Eduardo. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: STS, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 5º ed., São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 7º ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. Demonstração Financeira/Contábeis: Propostas para alteração da lei da Sociedade por ações. *Revista de Contabilidade do mestrado em ciências contábeis*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 12, 1999.

NEVES, Silvérios das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. 15º ed., São Paulo: Frase Editora, 2007.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. *Cooperativismo: guia prático*. Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento de RH, 1984.

SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Demonstração do valor Adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas*. Tese apresentada à FIPECAFI-USP-SP para obtenção do título de Livre-Docente em Contabilidade. São Paulo-SP, 1999.